Jornalismo Ambiental

Ana Maria Alves Barbour
Prof. Orientador: José Salvador Faro

PIBIC-CEPE

Curso de Jornalismo- Faculdade de Comunicação e Filosofia
Março de 2003

SUMÁRIO

P.

Área, Objetivo e Metodologia..... 2

Introdução.....3

Capítulo 1

Como surgiu a preocupação pela questão ambiental.....5

Capítulo 2

Breve Histórico dos Movimentos Ambientais.....7

Capítulo 3

Tecnologia e Espaço Público.....13

Capítulo 4

O Desenvolvimento Sustentável.....15

Capítulo 5

Política e Meio Ambiente.....22

Capítulo 6

Economia e Meio Ambiente..... 25

Capítulo 7

Comunicação e Meio Ambiente.....28

Capítulo 8

A Importância da Educação Ambiental.....36

Capítulo 9

Análise Quantitativa.....38

Capítulo 10

Entrevistas..... 43

Conclusão..... .49

Bibliografia.....52

ÁREA

Jornalismo Ambiental

OBJETIVO

Esta pesquisa tem a intenção de compreender a atenção e a importância que jornais e jornalistas dão às questões ambientais e qual o nível de formação que os profissionais da área têm procurado adquirir para exercê-la de fato.

Além disso objetiva-se mostrar a consciência social que se tem sobre a multidisciplinaridade e transversalidade do tema ambiental e a dificuldade que os meios de comunicação, bem como os que trabalham neles, têm de abordá-lo dentro desta perspectiva

METODOLOGIA

O trabalho foi feito através de pesquisa bibliográfica seguida de entrevistas e metodologia comparativa / exploratória de dois jornais diários de informação geral e de grande tiragem, visando analisar:

- O espaço físico direcionado para as notícias de meio ambiente e a relevância dada ao tema;
- A formação específica dos jornalistas que trabalham com o assunto;
- Qual a importância que os editores dão para essa formação;
- O que profissionais de várias áreas respondem sobre a qualidade do jornalismo ambiental nos veículos pesquisados
- Análise sobre as vantagens que a mídia poderia oferecer à sociedade a partir de um projeto de educação ambiental publicado juntamente com notícias diárias.
- A necessidade e as possibilidades de se publicar o tema ambiental de forma transversalizada e menos fragmentada.

OBJETOS DE PESQUISA: "Folha de S. Paulo" e "O Estado de S. Paulo"

INTRODUÇÃO

As várias mudanças geográficas e políticas ocorridas no mundo no final do século XX, trouxeram a importância de ações ligadas à defesa do meio ambiente. Entre os diversos movimentos sociais que surgiram no último quarto desse século, pode–se afirmar que o movimento ambientalista tomou uma posição de destaque. Isso porque a modernização alcançada no decorrer do período, além de proporcionar ao homem o bem – estar, o conforto e a praticidade, também lhe trouxe problemas de saúde, fome, falta de água, de energia, entre muitos outros. Ao atingir tais dimensões, incontroláveis, obrigou o setor político, econômico e o setor das comunicações a dedicar-lhe maior atenção, causando forte impacto em valores culturais e instituições da sociedade, uma vez que tem exigido transformações dos meios de produção, de consumo e uma nova organização social.[1]

A própria tradição cultural ocidental desempenhou um importante papel na determinação do comportamento das pessoas com relação ao meio ambiente. A maneira como vemos e encaramos o tema deriva em parte da idéia judaico – cristã, segundo a qual ao contrário das outras criaturas, o homem foi feito à imagem de Deus, tendo portanto, o direito de comandar o mundo e os outros seres. Essa ética ocidental tornou possível e ajudou a desenvolver a moderna tecnologia industrial e agrícola, aumentando imensamente as ilusões humanas de domínio sobre a natureza.

Em outras culturas, principalmente na oriental, a concepção de mundo produziu reações muito diferentes. No budismo, por exemplo, determinados aspectos da Terra eram considerados manifestações do ser cósmico : as montanhas eram o corpo, as rochas, os ossos e a água era o sangue. A noção budista de chegar simplesmente à felicidade com o mínimo de consumo, contrasta drasticamente com o pensamento ocidental, que associa o aumento do consumo a uma melhor qualidade de vida .

Em função disso, o mundo ocidental foi o que mais sofreu e ainda sofre com a destruição da natureza. Foi somente na década de 60 que nos Estados Unidos, Alemanha e Europa Ocidental surgiu um movimento ambientalista de massas com base na opinião pública.

Os valores ambientais apareceram contra a cultura do poder capitalista fundado face à produção em massa, ao desenvolvimento

---

1 Manuel Castells. A Era da Informação-Economia Sociedade e Cultura, Vol 3. Paz e Terra, 1999

centralizado, ao congestionamento das megalópoles, à homogeneização da cultura, à produção e ao consumo, aos sistemas hierárquicos e autoritários de tomadas de decisões, reivindicado os valores da diversidade cultural, da democracia participativa e da tolerância. A ética veio reivindicar os valores do humanismo: a integridade humana, o sentido da vida, a solidariedade social.[2]

A crise ambiental incorporou reivindicações de movimentos sociais tradicionais, como a democracia, justiça social, propriedade territorial, distribuição do poder e da renda, propriedade dos meios de produção, incorporação da população nos mecanismos de participação nos órgãos corporativos da vida econômica e política [3]

Dessa forma, até hoje o ambientalismo vem promovendo a participação democrática da sociedade no uso e manejo dos recursos naturais, na construção de novos estilos de desenvolvimento fundados em princípios de sustentabilidade ecológica, equidade social, diversidade étnica e autonomia cultural.

2 Enrique Leff. Saber Ambiental. Petropolis, RJ. Vozes PNUMA. Naçãoes Unidas 2001

3 Idem.

CAPÍTULO 1

COMO SURGIU A PREOCUPAÇÃO PELA QUESTÃO AMBIENTAL

Até o final do século XIX não existem indícios de preocupação com a degradação ambiental pois a mutação do habitat era pequena, sendo produto apenas das atividades agrícolas, de forma que a água, o solo e a vegetação eram os pontos mais afetados. O homem só passou a sentir as conseqüências da destruição ambiental a partir da Revolução Industrial, fase em que surgiu um pequeno interesse pela questão ecológica mas que ficou por muito tempo reduzido às elites dos países dominantes, caracterizando-se como uma tendência intelectual bem restrita.

O movimento consolidou-se mesmo em meados da década de 60, período marcado pela "revolução ambiental" nos Estados Unidos e pela emergência de valores pós-materialistas que se afirmaram através de uma série de movimentos de contracultura. Nesse momento, ao invés do consumo exacerbado, o setor mais educado da população começou a exigir qualidade de vida[4], optando somente pela satisfação das necessidades materiais básicas.

Na década de 70 essa preocupação expande-se para o Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia , Austrália. Na década de 80 verificamos a mobilização da América Latina, Europa Oriental, União Soviética e sul e leste da Ásia.

Nesta fase, surgem as **organizações governamentais**; **grupos comunitários; grupos e instituições científicas** que pesquisam os problemas ambientais e que se voltaram para a temática principalmente após a Conferência de 1992 no Rio de Janeiro; **um setor de administradores e gerentes** que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseado na eficiência, no uso dos materiais, na

---

4 O termo qualidade de vida surgiu com o aparecimento das primeiras grandes ações que visam a preservação do meio ambiente. Qualidade de vida agrega todos os fatores que condicionam o bem estar dos indivíduos e da sociedade como um todo. São fatores fundamentais: saúde, educação, espaço urbano, e meio ambiente e este último porque o equilíbrio ecológico é condicionante para a preservação das espécies e para o desenvolvimento sustentável

A sociedade com má distribuição de renda ou com problemas no setor de saúde pública não tem condições normais de existência. A insatisfação crônica dos indivíduos com as condições de alimentação, saúde, moradia e etc. Estimulam a agressão ambiental, por ser o ambiente uma preocupação secundária diante de tantas preocupações urgentes - Ada de Freitas Maneti Dencker, & Margaria M. Krohling Kunsch,. (org) Comunicação e meio ambiente. São Paulo, Intercom, 1996.

conservação da energia, redução da poluição e no controle total de qualidade; **um mercado consumidor verde** que demanda, entre outras coisas, alimentos de uma agricultura orgânica , automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes reutilizáveis, produtos que tenham sido produzidos usando tecnologias limpas e a partir de matérias primas produzidas de modo sustentável; **agências e tratados internacionais** encarregados de equacionar os problemas ambientais [5.]

Esses setores passaram a formar o movimento ambientalista global e se encarregaram de disseminar os novos valores em seus respectivos meios, fazendo com que surgisse um **capilarizado** movimento **multissetorial,** que parte do princípio de que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo devido ao acelerado crescimento populacional; falta de planejamento dos recursos naturais; sistemas produtivos que usam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética; sistema de valores que dão margem ao consumo material ilimitado.

A multisetorialidade do movimento ambiental acabou dando margem ao chamado **socioambientalismo,** formado não só pelos vários setores citados, mas também por outros movimentos sociais que relacionaram seus objetivos às questões ambientais.

5 Eduardo J. Viola. SEDAE, São Paulo em Perspectiva. Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol. 6. São Paulo, jan/jun,1992.

]CAPITULO 2

BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS

Em meados do século XX, em alguns países do mundo, ocorreram revoluções que deram outra forma à linguagem e aos códigos estabelecidos, oferecendo novas maneiras de agir, pensar e sentir, tentando pôr em prática outros princípios de organização social diferentemente da ordem vigente, que se apoiava no materialismo, no desenvolvimento e na industrialização desenfreada .

Neste contexto surgiu o movimento ambiental que, caracterizando–se como um forte movimento de contracultura, protestou contra conceitos da época como tabus culturais e morais, além de estabelecer fortes críticas às instituições da sociedade, indo contra, não só ao modo de produção capitalista, como também ao próprio modo de vida instituído por esse sistema típico do mundo ocidental.

O ambientalismo foi abordado como movimento social principalmente na Europa Ocidental por autores neomarxistas ou radicais ecologistas. Segundo este enfoque, as transformações na estrutura social (forte expansão do setor de serviços que absorve mão de obra altamente qualificada) favoreceram a emergência de novos movimentos sociais (basicamente pacifismo, feminismo e ecologismo) que questionam o sistema capitalista partindo de uma orientação diferente dos movimentos sociais tradicionais, com ênfase na qualidade de vida e na descentralização do poder.

Pode – se dizer que no início, o ambientalismo contracultural tinha uma visão um tanto radical no que diz respeito às mudanças de padrões e conceitos. Esse movimento ansiava pela redução da população humana na Terra, pois somente assim poderíamos nos desenvolver e respeitar a natureza. As políticas deveriam ser totalmente repensadas, bem como a crença em um padrão de vida cada vez mais elevado dado pelo consumo e acumulação de lucro.

Dessa forma, os ecologistas radicais acabaram por criar uma forte ligação entre ação ambiental e revolução cultural envolvendo com as questões ecológicas, o espiritualismo, o feminismo, táticas de guerrilha, entre outros.

A partir daí, surgiram tantos discursos envolvendo a questão ecológica que se tornou impossível enquadra-los dentro de um só movimento, originando um movimento social descentralizado e multiforme.

Justamente por existirem inúmeras divergências entre os grupos ambientalistas existem também, entre eles, graves conflitos, porém as desavenças concentram-se nas definições de táticas, prioridades e tipo de linguagem e não na idéia básica que seria associar a defesa de ambientes a novos valores humanos. <<Eles procuram, em sua maioria, corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. Além disso, visam o equilíbrio do sistema social humano com o resto do ecossistema, envolvendo-o com toda a natureza, e encaixando-o numa dinâmica evolucionária>>. [6]

Os movimentos ambientalistas mais desenvolvidos do mundo se encontram na Alemanha e na América do Norte, sendo que possuem muitas diferenças entre si e por isso se agrupam de diversas formas no que diz respeito às suas identidades, adversários e objetivos

O "Grupo dos dez", nos EUA, se encaixa no tipo de grupos que visam a preservação da natureza mediante o sistema institucional. Ele tem como adversário o desenvolvimento não–controlado e os órgãos governamentais não eficientes, e como objetivo a preservação da vida selvagem. Alguns mantiveram os princípios radicais do ambientalismo contracultural, como por exemplo o "Earth First!" e o "ecofeminismo".

O "Earth First" surgiu no final da década de 70, quando David Foreman, um ex-fuzileiro naval se transformou em "guerreiro ecológico" e tornou-se líder de vários ecologistas radicais que passaram a executar ações extremistas como a "ecotagem" (sabotagem ecológica contra formas de agressão à natureza em geral).

O "ecofeminismo" , por sua vez,<< é claramente distinto das "táticas machistas" de alguns desses movimentos. As ecofeministas defendem o princípio do respeito absoluto pela natureza como fundamento da libertação tanto do patriarcalismo como do industrialismo. Vêem as mulheres como vítimas da mesma violência patriarcal infligida à natureza. Desse modo, a restauração dos direitos naturais é indissociável da libertação da mulher>>[7].

Muitos grupos atuam em nome de instituições e por meio delas, formando lobbies com grande força política. Contam ainda com grande apoio popular e com doações das elites e das corporações.

---

6 Manuel. Castells "op. cit"

7 "Idem"

De qualquer forma, existe uma união e uma grande mistura entre os integrantes dos vários grupos, sejam eles conservacionistas ou radicais, Isso porque possuem, na maioria das vezes, interesses comuns na defesa da natureza.

Apesar de uma imensa variedade de grupos e organizações, o tipo de ação ambiental que vem se desenvolvendo mais rapidamente é a de comunidades locais. Essas agem num espaço reduzido, geralmente em pequenas regiões ou bairros, visando soluções mais imediatas. Em sua maioria, protestam contra a tendência de escolha de áreas de baixa renda para o despejo de resíduos e práticas prejudiciais ao meio ambiente. Além disso, reivindicam por uma maior democracia local, justamente por não possuírem a mínima participação sobre decisões que envolvem esses mesmos espaços.

Um exemplo de organização que cresceu a partir de um movimento local, é o "Não no meu quintal", que surgiu em 1978, nos Estados Unidos, através de protestos contra substâncias tóxicas derivantes do acidente do Love Canal, que foram despejadas nas Cataratas do Niágara.

O "Greenpeace" é a maior organização ambiental do mundo e procura agir sem violência utilizando a mídia para popularizar suas causas. Foi fundada em Vancouver em 1971, tendo sua sede transferida para Amsterdã. O movimento ganhou um caráter transnacional possuindo membros em todo o planeta. Atuam entre a ciência, a formação de redes globais, a tecnologia da comunicação e a solidariedade entre as gerações.

Atualmente o movimento social reconhece que o tema ambiental cresceu em importância nas políticas públicas e no cenário da democratização do país. Multiplicaram-se os conselhos de meio ambiente e outros fóruns onde as questões ambientais estão o tempo todo cruzando com velhas lutas do movimento social, principalmente aquelas ligadas à melhoria da qualidade de vida. Temas como saúde, saneamento básico, transporte, moradia, globalização, cada vez mais passaram a se revestir de aspectos ambientais, acentuando-se após a realização da Conferência da ONU que ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro.

O movimento ambientalista tem utilizado inúmeras táticas para exercer influência na opinião pública, como por exemplo, através da política, pela formação de "partidos verdes" e através de eventos que despertem o interesse da mídia. As organizações reconheceram a necessidade de atuarem como instituições, obedecendo a regras de produção, de economia e de mercado. A maioria delas agem em conjunto com grandes empresas, sendo que essas financiam uma série de atividades ambientalistas e depois transformam seus feitos em imagens que são

veiculadas em suas próprias propagandas, garantindo-lhe uma boa imagem junto aos consumidores e à população em geral.

Toda essa articulação e organização trouxe maior consciência à população mundial. Saiu do âmbito de opção passando a ser necessidade, obrigação, envolvendo conceitos de ética e de justiça social, uma vez que se apontou a miséria como uma das maiores causas da degradação ambiental, justamente por envolver saneamento básico, educação, entre outros. A questão ambiental passou a ser discutida em empresas, em instituições do Estado e escolas; e, seja pela real conscientização, seja pela imagem no mercado, alcançou uma grande importância na sociedade atual.

No Brasil

O movimento ecológico emerge na década de 1970, época da ditadura militar que massacrou diversos movimentos como o sindical e o estudantil. Nossa economia que era e sempre fora latifundiária, abriu as portas do país para o capital estrangeiro e, apostando em um plano técnico-econômico desenvolvimentista, deixou de lado as considerações para com as questões sociais e ambientais.

As elites dominantes não tinham por tradição respeito, fosse pela natureza ou pelos que nela trabalhavam. Quanto ao latifúndio, bastava o desmatamento e a ampliação da área cultivada para se obter o aumento da produção e isto nos levou a um costume de pouca preocupação pela conservação dos recursos naturais, a não ser nas letras dos hinos e nos símbolos nacionalistas.

Em 1972 ocorreu a primeira grande Conferência Ambiental, em Estocolmo, na Suécia. No evento, o Brasil co-liderou com a China a aliança dos países periféricos contrários a reconhecer a importância dos movimentos ambientais, pois se baseava numa forte depleção dos recursos naturais considerados infinitos, em sistemas industriais muito poluentes e na intensa exploração de uma mão- de- obra barata e desqualificada.

Justamente por ainda não ter despertado a consciência ambiental, nesta década, o Brasil foi um dos principais receptores de indústrias poluentes transferidas do Norte em função do avanço da pressão das populações e dos movimentos ambientais que havia nesses países. A mensagem ecológica que veio do norte esteve marcada pelo “não” ao crescimento demográfico, não a contaminação pelas indústrias, não ao excesso de consumo e industrialização desenfreada. Mas na América Latina, que buscava competir no mercado e alcançar os países desenvolvidos, o clima era de “sim” ao desenvolvimento, a

industrialização e ao consumo. Isto produziu uma forte aversão às idéias ecologistas [8], como se essas fossem apenas um discurso de fachada que na realidade objetivavam impedir o desenvolvimento e a possibilidade de competição da nação brasileira no mercado. Assim, colocava–se em conflito o fato de se querer preservar recursos naturais enquanto a miséria atingia milhões de pessoas nesses países.

Devido ao modelo econômico insustentável e à transição política pela qual o Brasil passava, a ditadura foi obrigada a ceder, recomeçando um novo período de democracia. Entramos assim nos anos 80 ou "década perdida", marcada por profunda divisão no meio da burguesia nacional, pela falta de um projeto para o país e uma intensa luta social pela democratização e pela inclusão social e trabalhista.

O estrangulamento das finanças públicas, face o esgotamento do padrão de financiamento da economia baseado na poupança externa, impôs o fim do modelo de substituição de importações. A política econômica brasileira passou a convergir para a estratégia de ajustes através, principalmente, das políticas cambial e monetária, tendo em vista a geração de divisas para o pagamento dos crescentes compromissos da dívida e da contenção da demanda. Com a intervenção direta do FMI na gestão da política econômica brasileira, visando impedir solução de continuidade no pagamento dos encargos da dívida, o resultado foi o enfrentamento de uma longa trajetória de recessão, combinada com inflação e inúmeros acordos com os credores internacionais.

Na primeira metade da década de 70 o Brasil possuía poucas associações que realizavam ações de denúncia e conscientização pública de estatura local. Em finais do período, com a anistia, retornaram ao Brasil diversos exilados políticos que vivenciaram os movimentos ambientalistas europeus e que deram um enorme enriquecimento ao movimento ecológico brasileiro. <<Assim, conseguiu-se realizar algumas campanhas de estatura regional ou mesmo nacional e, o número de grupos de base cresceu de aproximadamente 40 em 1980 para cerca de 400 em 1985. >> [9]

A conscientização da população sobre as questões ambientais, assim como nos países do norte, transformou o ambientalismo na segunda metade da década de 80, em um movimento multissetorial e complexo <<que se

---

8 comunicação e ambiente São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. Comunicação e Ambiente. Série Seminários e Debates. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 1992. Pág 29

9 Eduardo J. Viola "op. cit"

constituiu pelas associações e grupos comunitários ambientalistas; agências estatais de meio ambiente; socioambientalismo constituído por ONGs, sindicatos e movimentos sociais; grupos e instituições científicos que realizam pesquisas sobre a temática ambiental; setores do empresariado que começam a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério de sustentabilidade ambiental.>>[10.]

Este também foi um período de transformações na legislação ambiental brasileira, havendo grandes avanços no que diz respeito a descentralização de poder e conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente. Em 1981 foi sancionada a lei nº 6. 938 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente visando acionar Estados e Municípios como executores de medidas e providências. Além disso, a Constituição avaliou toda a legislação ambiental no país, inclusive a necessidade de intervenção da sociedade civil nas decisões e discussões.

Na década de 90 ocorreu a Conferência Eco 92, no Estado do Rio de Janeiro. O processo de organização do evento começou a afetar os diversos setores do ambientalismo, estendendo-se para vários outros setores da sociedade, disseminando os princípios da agenda 21 sobre um desenvolvimento sustentável.

A temática social torna-se cada vez mais ligada à ambiental, dando força ao conceito de socioambientalismo. As várias facções do movimento ambiental também começaram a superar as diferenças que fragmentavam sua ação chegando a um consenso que seria o "casamento" da agenda ambiental com a agenda social.

Na medida em que a pauta ambiental foi sendo incorporada pelos demais setores, a pauta social foi também absorvida pelo ambientalismo. Deixou-se de entender o ambientalismo como uma preocupação somente referida aos ecossistemas naturais, diferentemente do ano de 1992, quando a incorporação da pauta social ainda estava em curso.

10 Eduardo J. Viola- pág 11 "op cit"

CAPÍTULO 3

TECNOLOGIA E ESPAÇO PÚBLICO

Ao mesmo tempo em que o movimento ambientalista é identificado como um movimento de bases científicas, apoiando -se nas informações da ciência sobre o homem e o meio ambiente, ele se contradiz ao apresentar descrenças com relação aos benefícios proporcionados pela tecnologia avançada. Essas descrenças derivam da tendência afirmada pelos ambientalistas de que a ciência cria mais do que o ser humano necessita.

Além disso discute-se a desvinculação do tempo e do espaço e ainda, a anulação deste último . Com a informática, as telecomunicações e outros aparatos, nos transformamos em uma sociedade do tempo real. A realidade foi mudada pela velocidade. Está havendo uma anulação das distâncias com o imediatismo e dessa forma, nos movimentamos sem sair do espaço.

A interação social não se dá mais através do espaço físico, mas sim através de um espaço virtual. As pessoas se encontram em telas, seja de televisões, computadores ou telefones celulares. A imagem tomou o lugar do espaço público, houve uma anulação da geografia. A verdade, a realidade não se situa mais na natureza, no espaço real, mas sim na imagem.

As pessoas detêm o controle sobre seus próprios espaços, perderam o interesse pelo espaço público, onde nascem os movimentos populares e a consciência do bem comum que deve ser preservado, protegido, sendo no caso a natureza, o meio ambiente e o bem estar do homem.

Dentro desse raciocínio o movimento ambientalista vê a necessidade de ações locais de "pequenos governos" onde se privilegie a participação do cidadão da comunidade local, onde se exerça uma democracia de bases populares e onde a população possa realmente enxergar os resultados de seus feitos.

Para alguns ecologistas mais radicais, o obstáculo maior aparece na forma do Estado – Nação, pois este exerce poder sobre um determinado território, rompendo a unidade da espécie humana e a inter-relação entre os territórios, desfazendo assim, a noção de ecossistema em que todos os outros seres estão incluídos. Portanto, o homem deveria se ver como parte de um ecossistema global, dentro de uma identidade sociobiológica como um componente da natureza. Isso, claro, sem se desfazer de suas culturas históricas.

<<Em alternativas mais complexas, o controle sobre o espaço, a afirmação do local como fonte de significado e primazia do governo local são elementos vinculados aos ideais de autogestão da tradição anarquista, inclusive a produção em pequena escala e a ênfase na autosuficiência, que leva à crítica o consumismo e à substituição do valor de troca do dinheiro pelo valor de uso da vida>> [11]

Assim, antes de querermos os homens em harmonia e se relacionando igualitariamente com outros seres vivos, teríamos que ver essa integração entre os próprios seres humanos, independentemente da nacionalidade, da cultura ou da língua. Teríamos que nos encaixar na cadeia biológica e nos enxergar como pequenas partes de um enorme sistema.

11 Manuel. Castells "op cit"

CAPÍTULO 4

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Há uma década da Conferência de Estocolmo (1972), primeira conferência internacional para debater o Meio Ambiente Humano- onde foi elaborada e aprovada a declaração sobre o ambiente humano com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns. - os países do Terceiro Mundo e da América Latina em particular viram-se atravancados na crise da dívida, caindo em graves processos de inflação e recessão. A recuperação econômica surgiu como uma prioridade e razão de força maior das políticas governamentais. Nesse processo, foram configurados os programas neoliberais de diversos países, ao mesmo tempo em que avançavam e se complexificavam os problemas ambientais como conseqüência de uma civilização marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza[12.]

Começa então a cair em uso o discurso do desenvolvimento sustentável que surge no contexto da globalização como a marca de um limite na intenção de reordenar o processo civilizatório da humanidade.

O desenvolvimento sustentável objetiva a reconstrução da ordem econômica como condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases de produção, permitindo satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras.

O conceito foi de fato difundido pela ONU em 1987, a partir do relatório denominado "Nosso Futuro Comum", preparado durante três anos pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A conclusão do documento afirma que "nosso entendimento sobre o meio ambiente deve estar integrado ao desenvolvimento para se chegar ao desenvolvimento auto-sustentável que preencha as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de preencherem suas próprias necessidades".[13]

---

12 Henrique Leff pág 17 "op cit"

13 Ada de Freitas Maneti Dencker e Margaria M. Krohling. Kunsch. Pág 61 "op cit"

Nesse passo, o Desenvolvimento Sustentável baseia-se em um conceito chave, o de "necessidades"; sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Henrique Leff [14], enxerga o discurso da sustentabilidade de forma diferente. O Autor acredita que o termo trata as condições ecológicas e termodinâmicas como <<produtos que se adequam a racionalidade capitalista, isto é, calculam valores para coisas que não podem ser produzidas pelo homem e nem se curvar ao seu ritmo e que portanto não podem ser vendidas. O ritmo delas deve ser preservado e sua utilização deve ser feita em função desse ritmo. O desenvolvimento sustentável acha que somente estipular preços no mercado já se cria uma situação sustentável.>>

<<Por exemplo, pretende-se que as populações indígenas valorizem seus recursos naturais e culturais como capital natural, que aceitem uma compensação econômica pela cessão desse patrimônio às empresas trans nacionais de biotecnologia e seriam essas as instâncias encarregadas de administrar racionalmente os "bens comuns" em benefício do equilibro ecológico.>>[15]

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável seria somente uma estratégia de sedução e simulação que apela para discursos da pós-modernidade que se baseiam na reintegração do ser humano à natureza de acordo com a racionalidade do capital, gerando formas mais sofisticadas e sutis de exploração do trabalho e apropriação dos recursos naturais no lugar da aplicação da violência direta e da lógica pura do mercado.

<<A racionalidade econômica desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido. Se as ecosofias, a ecologia social e o ecodesenvolvimento tentaram dar novas bases morais e produtivas a um desenvolvimento alternativo, o discurso do neoliberalismo ambiental opera como estratégia fatal que gera uma inércia cega, uma precipitação para a catástrofe.O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se numa política de representação que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a

---

14 Henrique Leff "op. cit"

15 "idem"

uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza.>>[16].

Mas deixando essa visão de lado, é importante atentar para o fato de que a gestão ambiental do desenvolvimento sustentável exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento, isso porque traça um paralelo entre as questões ambientais, sociais, econômicas, políticas e científicas.

Além disso é sobretudo um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações. Neste sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem a participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais de forma que a ação local acaba por promover uma consciência global.

Sobre esse ponto de vista, a gestão ambiental participativa tem o poder de integrar populações marginalizadas num processo de produção para satisfazer suas necessidades fundamentais e aproveitar potenciais ecológicos e recursos naturais, respeitando suas identidades coletivas e incorporando as pessoas ao processo, de maneira que possam sentir na atividade de preservar o meio ambiente um modo de assegurar a própria sobrevivência.

Para que essa participação da sociedade civil ocorresse, seria necessário que ela se conscientizasse sobre a existência de uma cidadania ativa e levasse em conta que a cidadania é uma via de mão dupla, implicando direitos e deveres, devendo cada indivíduo prepara-se para a co-responsabilidade e parceria na gestão da coisa pública.[17]

A partir daí haveria uma harmonização do homem e seu sistema produtivo com o meio ambiente, sendo que esse processo de harmonização inclui a regulação dos padrões de consumo e dos estilos de vida, relativamente ao contexto da oferta de bens e serviços; a regulação de um conjunto de funções produtivas que incluem a gestão do uso da tecnologia e da natureza dos produtos gerados pelo sistema produtivos; a organização

---

16 "Idem"

17 Daniel Joseph Hogan, & Paulo Freire Vieira, (org). Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. 2a ed.. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

espacial dos sistemas produtivos e a gestão do uso de recursos naturais e do suprimento energético.

Portanto, concluímos que a tese do crescimento (econômico) zero, elaborada em meados da década de 70, já não existe mais pois é necessário que ocorra algum crescimento econômico para não piorar a situação social do país. Compreendeu-se que o problema não é a quantidade de desenvolvimento, mas o estilo . Quando se cresce, se produz muito, se consome mais energia, matérias primas, gerando conseqüências. Por isso é necessário o desenvolvimento sustentável.

Segundo o cientista político Eduardo Viola, houve um significativo crescimento da temática ambiental, tanto em nível internacional como nacional. Os vários segmentos da sociedade brasileira estão em diferentes ritmos tomando contato com o ambientalismo e incorporando em diferentes graus o seu ideário. Para ele, a evolução da consciência ambiental em cada país, é um fenômeno particular que diz respeito a cada sociedade e à sua respectiva cultura. Outro determinante como cada país reage a essa temática reside no seu grau de inserção nas políticas de globalização e na maior ou menor resistência das elites dirigentes nacionais à modernização cultural.

Eco 92 e A Agenda 21

A Rio-92, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, reuniu legisladores, diplomatas, cientistas, a mídia e representantes de organizações não-governamentais (ONGs) de 179 países, num esforço maciço para reconciliar as interações entre o desenvolvimento humano e o meio ambiente. O evento foi realizado por ocasião do 20º aniversário da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), a primeira conferência mundial que tratou da natureza, tanto global quanto transfronteira da degradação e poluição ambientais.

A agenda do Rio enfocou a procura de meios de cooperação entre as nações para lidar com problemas ambientais globais como poluição, mudança climática, destruição da camada de ozônio, uso e gestão dos recursos marinhos e de água doce, desmatamento, desertificação e degradação do solo, resíduos perigosos, e a perda da diversidade biológica. A conferência culminou na elaboração da Agenda 21, um programa pioneiro de ação internacional sobre questões ambientais e desenvolvimentistas, voltado à cooperação internacional e ao desenvolvimento de políticas para o Século XXI. Suas recomendações incluíram novas formas de educação, preservação de recursos naturais e participação no planejamento de uma

economia sustentável. Em 1994, o Senado Federal publicou a versão deste documento em português

O slogan da Agenda 21 Global é: "pense globalmente, aja localmente" e seu objetivo principal visou e ainda visa a mudança do padrão de desenvolvimento a ser praticado pela humanidade no século XXI, conciliando justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental ou Desenvolvimento Sustentável. Propõe que os diversos países do mundo tomem medidas para que no próximo século possa ser garantida a sustentabilidade das atividades humanas e principalmente que seja alcançada a melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. Trata de transformações culturais e de valores, estimulando a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo. Identifica também problemas, propõe soluções e estima custos de investimento. Assim, enxerga-se o documento como um pacto ético entre os três principais setores da sociedade- governamental, civil e produtivo.

A Rio + 10

Entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, a Organização das Nações Unidas realizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (também conhecida como Rio+10), em Joanesburgo, na África do Sul. Foi um encontro que reuniu líderes mundiais, cidadãos engajados, agências das Nações Unidas, instituições financeiras multilaterais e outros grandes atores para avaliar a mudança global desde a histórica Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como a Cúpula da Terra, ou Rio 92).

Avaliaram-se os avanços obtidos nesses dez anos e ampliou-se o escopo para as chamadas Metas do Milênio que visavam, além de garantir a sustentabilidade ambiental, erradicar a fome e a pobreza extremas; alcançar uma mínima educação primária com iguais oportunidades para homens e mulheres; reduzir a mortalidade infantil com especial enfoque ao combate à AIDS e malária; melhorar as condições de vida dos que moram em favelas e de outras populações mais necessitadas; ampliar o acesso à água potável; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento que incluísse sistemas internacionais de comércio e financiamento não discriminatórios e atendesse às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, aliviando suas dívidas externas, provendo trabalho aos jovens e acesso a remédios e novas tecnologias.

A Conferencia reuniu 60 mil participantes, sendo 12 mil de delegações incluindo chefes de Estado, líderes de ONGs, empresas e outros

grupos principais. Além dos encontros intergovernamentais, eventos coordenados pelas Nações Unidas, que buscaram a troca de experiências e maiores oportunidades para diálogo entre os participantes oficiais. Outros eventos paralelos também ocorreram, gerenciados por grupos independentes da ONU.

Segundo um balanço feito pela CETESB e Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, muito se evoluiu em termos de conscientização ambiental com o que se presenciou na arena de Joanesburgo. Ao contrário do propalado pessimismo após a ECO 92, um balanço realista indica que muitos avanços foram obtidos, sendo o mais importante o novo patamar de conscientização pública atingido graças aos debates - e mais do que visíveis embates - da Conferência.

Como relata Vitor Gomes Pinto Escritor, Analista internacional, Coordenador de Saúde do Sesi/CNI Autor do livro "Guerra nos Andes", Algumas grandes metas foram definidas ou reafirmadas: reduzir à metade até 2015 a proporção de pessoas com renda inferior a um dólar por dia, de pessoas com fome e sem acesso a água potável; estabelecer um fundo mundial para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento social e humano nos países em desenvolvimento; melhorar significativamente o padrão de vida de 100 milhões de favelados; eliminar as piores formas de trabalho infantil; ratificar o protocolo de Kyoto relativo a mudanças climáticas; alcançar uma redução significante do desflorestamento e das perdas de diversidade biológica; garantir o acesso eqüitativo a serviços de saúde e a medicamentos essenciais e seguros a preços acessíveis a todos; reduzir até 2015 em 2/3 os índices de mortalidade infantil e em ¾ a mortalidade materna; diminuir em 25% o número de pessoas de 15 a 24 anos com o vírus HIV (nos países mais afetados até 2005 e em todos até 2010); destinar 0,7% do Produto Interno Bruto dos Países Desenvolvidos para assistência oficial ao mundo em desenvolvimento; reduzir as dívidas externas insustentáveis inclusive pelo cancelamento quando indicado; assegurar que alimentos e medicamentos não sejam usados como ferramenta de pressão política.

Certamente, avanços mais concretos principalmente em relação à efetiva transferência de recursos das nações mais ricas para as mais pobres não foram alcançados, mas a intensa pressão exercida pelo Grupo dos 77 (que na verdade reúne pelo menos 134 países em desenvolvimento) obrigou o Grupo dos 7, dos países mais ricos, a reconhecer sua culpa pela criação de um mundo com tanta miséria e tão pronunciadas diferenças. O princípio das "responsabilidades comuns mas diferenciadas", significa que os que mais degradam o ambiente devem contribuir mais para sua recuperação. Há omissões importantes no texto final que reflete a intensa

resistência do G7 em assumir compromissos concretos, aproveitando-se do sistema vigente nas reuniões da ONU pelo qual as decisões devem ser tomadas por consenso.

O Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, empenhando-se na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano. O FSM se propõe a debater alternativas para construir uma globalização solidária onde se respeite os direitos humanos universais, bem como os de todos os cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente. Apóia-se em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.[18]

Neste contexto é obvia a presença de discussões sobre as questões ambientais, uma vez que envolve temas como a globalização, a dívida externa, as mudanças climáticas, os grandes acidentes químicos, a transparência financeira e jurídica das corporações transnacionais , os financiamentos públicos, os projetos de mineração, o novo universo dos combustíveis sólidos, a implementação de políticas nacionais de energias alternativas, etc.

O FSM é um evento que assume o socioambientalismo em sua essência, e tenta fortalecer a discussão ambiental promovendo a reflexão e a mobilização sobre aqueles temas considerados emergentes , que são o combate a fome, ao neo-racismo entre outros indispensáveis para a articulação de uma agenda coerente da sustentabilidade.

18 Site oficial do FSM - www.forumsocialmundial.org.br

CAPÍTULO 5

POLÍTICA E MEIO AMBIENTE

"A política verde"

O ingresso formal na política foi um dos artifícios que o movimento ambiental utilizou para obter maior participação e ser mais reconhecido pela sociedade uma vez que, através da formação de partidos devidamente regulamentados, perdeu parte do caráter radicalista e "baderneiro" que lhe foi, e ainda é atribuído. Mesmo assim, é cabível dizer que a política verde não se adaptou muito ao modelo tradicional.

Muitas organizações procuraram e ainda procuram exercer influência na legislação e nas atitudes tomadas pelo governo. Algumas delas formam "lobbies" para obter conquistas na área legislativa e apoio ou oposição a candidatos a cargos eletivos.

Um partido que obteve grande destaque foi o Partido Verde Alemão (Die Grünen), fundado em 1980, resultante da união de movimentos populares compostos, entre outros, por jovens e pela classe média de formação superior. Lutavam não apenas pelas causas ambientais mas também defendiam a revolução sexual, pregavam a paz, e condenavam as armas nucleares. Além disso defendiam a liberdade individual e a democracia de base popular.

O partido despertou atenção porque não havia na Alemanha nenhuma forma de expressão política que desse voz aos protestos sociais, assim havia uma parte da população, principalmente jovens, insatisfeita com a situação.

Esses foram os defensores da "política verde": jovens, estudantes, professores, e membros de outras categorias que estavam desligados dos eleitores dos partidos relacionados à produção industrial ou aos funcionários públicos. Na realidade, o Partido Verde Alemão pregava << um novo conceito de poder, um "contrapoder" que seria natural e comum a todos, compartilhado por todos, e usado por todos e para o bem de todos>>[19] Em 1990 o Die Gürnen conquistou importantes postos nos governos, porém nessa época já não seguia mais o modelo "contrapoder". Ele já se caracterizava como um partido político convencional. Além disso os outros partidos também passaram a se interessar pelas causas ambientais e acabaram aceitando com mais naturalidade os movimentos sociais.

---

19 Manuel Castells "op. cit"

Na realidade, a história do Partido Verde Alemão foi uma exceção no que diz respeito à influência direta que os partidos verdes, em geral, possuem na política de um Estado.

Na maioria dos países os candidatos verdes mostram melhor desempenho quando não afetam diretamente os cargos executivos, ou quando não têm muito acesso a temas e decisões relacionados ao meio ambiente; quando agem num âmbito sem maiores conseqüências para os principais partidos políticos.

Partido Verde no Brasil

O Partido Verde Brasileiro surgiu em 1986, no Rio de Janeiro, quando ecologistas, artistas, intelectuais e ativistas, principalmente do movimento antinuclear, se uniram. Muitos deles estiveram exilados durante o regime militar e foram influenciados pelos movimentos alternativos e ecologistas da Europa, especialmente dos Verdes da Alemanha Ocidental.

Com o fim da Ditadura o clima político estava propício para essas idéias alternativas, como a feminista, anti-racista, a defesa dos direitos homossexuais, a reforma da legislação sobre drogas, entre outras que eram pregadas pelos movimentos verdes em todo o mundo. Assim o Partido Verde brasileiro pode ser legalizado.

O partido esquerdista não participou das eleições de 1986, no entanto, se aliou informalmente ao PT carioca e disputou as eleições para governador. A reação da mídia conservadora foi negativa, principalmente na questão da descriminalização da maconha. Apesar disso, durante a campanha, 100 mil pessoas se uniram para dar um “abraço ecológico” na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Depois, o partido se expandiu para outras regiões do país. Em 1988 obteve seu registro legal provisório. Nas eleições municipais do mesmo ano conseguiram eleger 20 vereadores, distribuídos nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Paraíba.

Em 1990 a Justiça Eleitoral se recusou a conceder o registro provisório ao partido, e os Verdes foram proibidos de existir legalmente.

Com a ECO 92 o Partido Verde brasileiro aproveitou para promover um encontro de todos os verdes do planeta, que se juntaram para trocar experiências. Nessas circunstâncias o partido já se encontrava em maior atividade. Conseguira eleger vereadores prefeitos, além de possuir membros dirigindo secretarias de meio ambiente em diversos municípios.

No ano seguinte conseguiu obter seu registro definitivo junto à Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO 6

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

<<Para a economia, a natureza e a vida humana são apenas fatores da produção, objetos e força de trabalho. Deste modo não se percebe o trabalho como um processo vital donde deriva uma satisfação, desprezando-se os valores e qualidades incomensuráveis da atividade humana>>[20]

A degradação ambiental emergiu primeiramente do crescimento e da globalização da economia, colocando mais para frente em questão os fundamentos da racionalidade econômica. No sistema global, as identidades culturais e os valores da natureza passaram a ser contabilizados e regulados pelo sistema econômico. A pobreza, a degradação ambiental, a perda de valores e práticas culturais e a equidade transgeracional; a produtividade natural e a regeneração ecológica, a degradação entrópica de massa e energia, o risco e a incerteza foram absorvidos pela economia conferindo-lhes um padrão comum de medida através dos preços de mercado.

Mas, com início nos países do norte, o conceito de sustentabilidade foi sendo aderido, através desta vez, da globalização das comunicações, pelos países do sul. Surgiram diferentes respostas para os dilemas ambientais, desde as filosofias da natureza até os novos movimentos sociais que buscam integrar a democracia participativa, a descentralização econômica e a reapropriação da natureza como um sistema ambiental produtivo. Nesse contexto a economia ecológica e a ecologia política foram se configurando como novos campos teóricos e de ação política (lutas populares, democracia, movimentos ambientalistas).

Na América Latina vem sendo construído um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de sua geografia e na pluralidade de suas identidades étnicas. Promove-se a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais e da diversificação dos tipos de desenvolvimento, mobilizando a sociedade a reapropriar-se de seu patrimônio de recursos naturais e a autogerir seus processos de produção.

No entanto, a maioria absoluta dos ambientalistas acredita na contradição intrínseca entre capitalismo e ambientalismo. Para eles o capitalismo tem uma visão que privilegia o curto prazo, enquanto o ambientalismo tem uma visão do longo prazo; no capitalismo prevalece o

---

20 Henrique Leff . Pág 88 “op cit”

interesse individual enquanto no ambientalismo, o coletivo; a produção capitalista visa o lucro, enquanto o ambientalismo visa o bem-estar; o capitalismo considera os recursos naturais como infinitos, ao passo que para o ambientalismo são esgotáveis.

Dívida e ecologia

A dívida financeira deu origem a dívida ecológica, que seria a subvalorização dos recursos naturais que são utilizados no desenvolvimento agrícola do Norte, como por exemplo os hidrocarbonetos e as matérias primas. Esse sistema desloca a agricultura de subsistência das zonas rurais do Terceiro Mundo, originando graves problemas sociais além da perda de saberes tradicionais. A dívida ecológica é mais vasta e profunda do que a dívida financeira, sendo não só impagável como incomensurável, pois é algo que nenhuma espécie de tecnologia pode reproduzir e nesse sentido abre-se um debate sobre a distribuição desigual dos custos e potenciais ecológicos uma vez que não podem ser medidos em termos de valores de mercado.

. Além disso, a dívida coloca os países em situação muito desfavorável na competição que envolve o sistema econômico globalizado, levando a uma crise nas condições necessárias para o desenvolvimento sustentável dos países subdesenvolvidos.

O caso brasileiro é emblemático em relação aos efeitos do endividamento externo no agravamento da degradação ambiental. Por exemplo, um dos mecanismos mais usados para garantir o pagamento da dívida externa é o aumento das exportações, e o que tem acontecido no caso brasileiro é que nos últimos anos , tem crescido muito a exportação das chamadas “indústrias sujas”, conforme atesta um documento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas.

Assim, os países do Primeiro Mundo impõem aos do Terceiro Mundo, condições de exploração para saldar a dívida contraída, para que possam continuar dispondo de crédito fazendo com que os países devedores assumam termos que os colocam como iguais em um jogo desigual.

De acordo com Henrique Leff [21,] Os devedores pedem sua remissão, novos créditos, uma nova oportunidade para mostrar que podem ser bons sócios e pagadores responsáveis no negócio da globalização econômica, mas não

21 Henrique Leff . Pág 35 “op. cit”

mudam o modo de ver nem o rumo. A origem do problema se encontra no passado; na perda da memória histórica; no espólio dos saberes tradicionais, dominados pela ciência e pela tecnologia moderna.

O autor ressalta que com a globalização, a idéia de um futuro comum foi traduzida em empréstimos e doações para a proteção da natureza e a pesquisa da biodiversidade, originando a bioprospecção, onde cientistas e biotecnológos do Norte entram nos territórios do Terceiro Mundo, não para proteger a natureza, mas para apropriar-se de sua riqueza genética, sendo que os países do Sul, na maioria das vezes não são recompensados sequer com uma porcentagem das regalias provenientes da comercialização da sua biodiversidade.

O Empresariado e o Meio Ambiente

O setor do empresariado já percebeu que o consumidor, principalmente dos países subdesenvolvidos, se conscientizou com relação às questões ambientais e portanto, tem preferência por produtos que foram produzidos através de tecnologias limpas, respeitando a vida de outros seres vivos e o equilíbrio ecológico. Assim, empresas vêm investindo na publicidade e propaganda da adaptação de seus métodos de produção, visando garantir a boa imagem junto aos consumidores.

A relevância do consumidor verde no processo de adaptação das empresas aos novos padrões ambientais nos países desenvolvidos é muito grande. A demanda preferencial por produtos não poluentes, biodegradáveis, eficientes em termos energéticos e não provenientes de processos predatórios, é que disseminará a cultura da sustentabilidade nas empresas. No Brasil, o consumidor verde ainda é praticamente inexistente, pois em função do subdesenvolvimento, o que importa na decisão de compra de um produto é o preço, e os produtos com selos verdes, costumam ter preços mais elevados.[22]

22 Samyra Crespo, Monica Armond Serrao, Pedro Eduardo Marinho,. O que o Brasileiro Pensa Do Meio Ambiente, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade : Pesquisa Com Formadores De Opinião. Rio de Janeiro, BR, Museu de Astronomia e Ciências Afins/MMA/ISER, 1998

CAPÍTULO 7

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

<<Não é possível opinar, discernir, decidir, influir; não é possível exercer plenamente nenhum direito se dele não se tem conhecimento. A ausência da educação, do conhecimento, da informação, é a maior causa do medo e da insegurança em todos os aspectos da vida social humana>>[23.]

Não é de agora que se percebe a importância da comunicação como instrumento de formação de opinião, como forma de impulsionar movimentos sociais, moldar valores e ditar padrões. São vários os estudos e pesquisas sobre a atuação da mídia neste sentido e alguns a consideram o quarto poder.

Desde as primeiras práticas de circulação de notícias, os interesses da classe dominante e os da imprensa têm sido não conflitantes. Mas, é a partir do final do século XIX, que a imprensa passa a ter um caráter político marcadamente classista. Passando a funcionar com fins, além de econômicos, políticos e ideológicos.

Os grandes meios de comunicação de massa ficaram nas mãos das elites- detentora de poder político e econômico, em diferentes tipos de sociedade e regimes de governo que aliado a expansão das atividades e o vertiginoso crescimento dos negócios envolvendo o setor de comunicação de massa em âmbito mundial, fez surgir a idéia de que os meios de comunicação de massa sempre atuaram como instrumentos para manipular a opinião pública e orientá-la em qualquer direção.

Essa visão compreende o receptor como um ser completamente passivo. No entanto a participação dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública está relacionada a um contexto mais amplo, [24] relacionado coma organização da sociedade e com o conhecimento que o receptor tem do meio de comunicação e do assunto que está sendo tratado.

Dessa forma, os meios de comunicação não submetem completamente os indivíduos, mas não se pode deixar de considerar que eles atuam decisivamente na estrutura social, criando necessidades e

---

23 Ada de Freitas Maneti Dencker, & Margaria M. Krohling Kunsch. Pág 68. "op. cit"

24 Luís Fernando Angerami Ramos,. Meio ambiente e meios de comunicação. São Paulo, Annablume/Fapesp, 1995. Pág 22

motivações, reforçando padrões culturais e sociais e interferindo na ação política.[25]

No âmbito ambiental, pode-se assim dizer que o domínio da informação está ligado ao poder de interferir e orientar as relações humanas e a sociedade com a natureza. É por meio da imprensa que, hoje, as pessoas tomam contato com problemas ambientais e procuram rediscutir os seus modelos de desenvolvimento e sua atenção no meio ambiente. Considerando–se ainda, que os jornais e a televisão são a principal fonte de informação para expressiva camada da população, o papel desses veículos de fato revela-se decisivo nos processos de formação de opinião sobre a problemática ambiental.

Exemplo disso ocorreu durante a Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, onde os representantes signatários recomendaram que "sempre que existam impedimentos econômicos ou de outro tipo que dificultem a oferta de informação e o acesso a ela, particularmente nos países em desenvolvimento, deve-se considerar a criação de esquemas inovadores para subsidiar o acesso a essa informação ou para eliminar os impedimentos econômicos."

Esses países justificam essa medida ao reconhecer que "em muitos países, a informação não é gerenciada adequadamente devido à falta de recursos financeiros, pessoal treinado, ao desconhecimento de seu valor e a outros problemas imediatos ou prementes, especialmente nos países em desenvolvimento".

Mesmo diante das dificuldades, a imprensa constitui um grande elemento de pressão junto à opinião pública, informando e relatando todo tipo de ação organizacional que possa redundar em prejuízo à qualidade de vida, democratizando a informação ambiental e contribuindo para pleno desenvolvimento da cidadania ambiental. Além disso, muitas campanhas sociais só se viabilizaram com a adesão de jornais. Outro fato que coloca o jornalismo como um dos pilares da comunicação face à qualidade de vida é o papel de prestação de serviço à população, consistindo desde informações e avisos de utilidade pública, até reportagens que levam à reestruturação de hospitais ou duplicação de rodovias.

Nos últimos anos observasse um significativo aumento nas publicações sobre meio ambiente, além de intensa busca de empresas e instituições para vincular sua imagem a defesa do meio ambiente.

---

25 Luís Fernando Angerami Ramos. Pág 30. "op. cit"

Ultimamente, as empresas estão sendo obrigadas a considerar a questão ambiental, nem tanto pela pressão dos ambientalistas ou exigências legais mas pricipalmente por outros fatores, como por exemplo, a necessidade que têm de alcançar uma certa excelência ambiental para obter selos verdes, do tipo ISO 14.000, a fim de evitar barreiras comerciais a seus produtos no exterior.

O ponto fraco das empresas poluidoras é a imagem e, é ameaçando essa imagem, que as ONGs trabalham para obrigá-las a mudar de atitude, explicitando assim, as empresas poluidoras para a opinião pública de seus países de origem.

Na esfera da publicidade destaca-se o marketing, estratégia mercadológica que considera a retirada de produtos ou a diminuição de seu consumo tendo em vista outras prioridades. Ou seja, passa a ser tarefa comum para o agente publicitário empreender campanhas para diminuição de acidentes de trabalho, racionalização do consumo de energia, desincentivo ao consumo de produtos que prejudiquem o meio ambiente e outras decisões tendo em vista que uma relação de consumo satisfatória para o indivíduo pode não sê-lo a sociedade como um todo. Outro caminho é a Publicidade Comunitária- campanha voluntária que serve ao propósito de identidade sem fins lucrativos- e a Publicidade com Atributos Comunitários- campanha paga por anunciante comercial que serve ao propósito de venda de produto,mas trás abordagens de interesse social. Apesar de muito importante, este segmento da comunicação trata quase com desprezo a questão ambiental, sem perceber que o setor movimenta, hoje, milhares de dólares.

Assim, é fundamental a participação da comunicação no processo de discussão dos problemas ambientais como forma de fornecer subsídios para complementação de programas de educação ambiental e atividades que visam a conscientização dos problemas do meio ambiente, estimulando as comunidades a implantar e exigir um novo padrão de desenvolvimento com equilíbrio ambiental suficiente para se atingir uma efetiva melhoria na qualidade de vida.

Meio Ambiente e Jornalismo

O interesse dos meios de comunicação pelas causas ambientais se deu, inicialmente, na década de 60, justamente por possuir uma filosofia contrária à violência. Os ambientalistas apostavam em protestos mais criativos, que davam origem à imagens e notícias novas. A população se mobilizava com o auto – sacrifício de pessoas que arriscavam a própria

vida em longas viagens pelo oceano ou que abraçavam árvores para que essas não fossem cortadas.

Nos anos 70, os meios de comunicação dos países do norte também se utilizaram das novas tecnologias para passar um novo tipo de mensagem ambientalista, o mito do juízo final. Esta imagem esteve presente em filmes ecológicos como "Quando o destino nos alcança" ou em livros como "O circulo se Fecha", nos quais se apresenta um panorama desolador e decisivo de um planeta contaminado. Tentava-se assim, despertar uma consciência sobre as questões ambientais através do medo dos indivíduos.

Como o movimento ambientalista lutava por causas comuns à sobrevivência de todos os seres humanos, ele ganhou um caráter ético muito forte, e tornou-se uma ótima fonte de notícias. A mídia cumpria assim, com seu papel para com o povo. Da mesma forma, para despertar a atenção da grande mídia, o movimento ambientalista procurava e ainda procura investir em eventos que despertam a atenção de todos, garantindo uma audiência bem mais significativa.

A primeira entidade de jornalismo ambiental surgiu no final da década de 60, na França, no mesmo período em que acontecia a conferência da Biosfera em Paris. Porém, foi depois da Conferência da ONU de Estocolmo, em 1972, que as questões começaram a aparecer com maior freqüência na imprensa mundial. Na década, descobriu-se o buraco na camada de ozônio e surgiram inúmeras hipóteses sobre o impacto das atividades humanas no aumento do aquecimento global.

Atualmente, uma das principais entidades de jornalismo ambiental é a Sociedade de Jornalistas de Meio Ambiente do Estados Unidos (Society of Environmental Journalists), criada em 1990 por doze repórteres premiados, possuindo agora mais de 1.100 sócios. A entidade se dedica a melhorar a qualidade, a precisão e a importância das reportagens ambientais. Isso porque apesar de o meio ambiente ter conseguido relativo espaço nos veículos de comunicação de massa, o assunto é dado de forma fragmentada, descontextualizada da história, da política e economia, tendo ainda as publicações submetidas a interesses empresariais.

A criação de uma rede mundial de jornalistas de meio ambiente foi uma das decisões tomadas no Encontro Internacional de Imprensa de Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Belo Horizonte, em 1992. Batizado de "Green Press" o encontro estava na agenda oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92). E, foi somente em 1993, numa reunião em Dresden, na Alemanha, que criou-se a Federação Internacional de Jornalistas de meio Ambiente. Atualmente, esta Federação é formada por jornalistas de 52

países, tendo como principal objetivo ampliar a compreensão pública dos problemas ambientais através de um intercâmbio entre profissionais especializados. Assim, são realizados encontros todos os anos.

Jornalismo ambiental no Brasil

Atualmente, nos países do Primeiro Mundo, as pessoas estão mais conscientizadas sobre a importância do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Isso se dá em parte porque os grandes movimentos de contracultura da década de 70 são originários da Europa e dos Estados Unidos, pois foram nesses países que se deram os saltos do desenvolvimento industrial e tecnológico, acarretando intensa urbanização sem planejamento, novos valores baseados no consumo exacerbado e conseqüentemente uma série de problemas ambientais. Porém, parte dessa consciência é resultado da penetração e do poder da mídia, que <<apesar de pouco engajamento com a questão ambiental, populariza o assunto quando necessário.>>[26]. De qualquer forma, o debate ecológico chegou à nossa imprensa com dez anos de atraso em relação a Europa e aos Estados Unidos.

No Brasil, as questões ambientais só começaram a aparecer na mídia no final dos anos 60, início dos anos 70, quando profissionais que se voltavam para as causas ambientais eram tidos como loucos, sonhadores e poetas. A população não percebia ainda a importância do tema, sendo assim poucos os jornais que trabalhavam com meio ambiente. Quando saia alguma notícia, geralmente era de caráter denuncista.

Nesse contexto surgiu o primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente, Randau Marques. Considerado subversivo, em 1968 foi preso por ter escrito num jornal da cidade paulista de Franca reportagens sobre a contaminação de gráficos e sapateiros com chumbo. Antes disso, já havia questionado a ação dos agrotóxicos, mostrando a responsabilidade dos químicos sobre mortandade de peixes e intoxicação de agricultores. Mais tarde o repórter se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais no Jornal da Tarde. A partir daí novos protestos começaram a surgir. Em 1975 um estudante universitário Carlos Dayrel ficou horas sentado em cima de uma acácia que seria cortada pela prefeitura para a construção de um viaduto, e mais uma vez a imprensa deu ampla cobertura ao fato, mesmo estando sob as censuras do governo militar.

26 Ada de Freitas Maneti Dencker, & Margaria M. Krohling Kunsch,. Pág 113 “op. cit”

Randau Marques conta que quando começou a cobrir meio ambiente para o Estado de São Paulo, apesar de ser na época da repressão militar, não se entendia a importância do assunto então acabou passando desapercebido pela censura. Além disso, naquela época a questão ambiental envolvia figurões do alto comando das forças armadas. << Então você tinha o Almirante José Luís Belardo que era contemporâneo do Castelo Branco. Eu o citava pois ele tinha opinião formada sobre o assunto. Acabou que a cobertura foi significativa neste período>>

Na década de 80, com a descoberta do buraco na camada de ozônio resultante das atividades humanas, o mundo despertou para as questões ecológicas assim como toda imprensa. No Brasil, a mídia passou a noticiar os problemas ambientais enfrentados pela Amazônia.

Nesta década, houve mudanças na legislação ambiental, o Ministério Público Federal começou a agir de fato, não só em meio ambiente mas em todas as áreas. Houve conquista de espaço nas redações. Na maioria das vezes as notícias ainda se caracterizavam por denuncias, mas já dava-se espaço a outros assuntos.

Em agosto de 1989, foi realizado em São Paulo o Seminário "A imprensa e o Planeta", promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação Nacional de Jornais. No mesmo ano, a Federação Nacional dos Jornalistas realizou, em Brasília, o "Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente" , onde participaram especialistas internacionais, como o francês François Terrason, especialista em planejamento ecológico e agricultura; a norte americana Diane Lowrie, da Global Tomorrow Coalition; a jornalistas Argentina Patrícia Nirimberk, da Fundação Vida Silvestre; o tcheco Igor Pirek, da Agência de Notícias CTK; o educador Pierre Weill, da Universidade Holística Internacional e especialistas brasileiros, como o repórter Randau Marques, o professor Paulo nogueira Neto, o físico Luis Pinguelli Rosa, o agrônomo Sebastião Pinheiro e o jornalista Fernando Gabeira.

No início dos anos 90 surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, e os jornais começaram a tratar a defesa do meio ambiente como um argumento que vinha sendo usado pelos países ricos para inibir o crescimento nacional. <<Rotulavam a questão ambiental tratando-a com palavras como: alienação, fanatismo, desculpa, impostura, neurose, restrição, protecionismo, procurando alertar o leitor a respeito dos propósitos da ecologia.>>[27]

27 Luís Fernando Angerami Ramos. Pág 101 "op.cit"

A realização da Eco 92 despertou o interesse de jornalistas para o meio ambiente e muitos jornais criaram editorias e cadernos especializados. No entanto, passado pouco tempo do evento, houve uma incrível decadência, onde meio ambiente passou a ser noticiado novamente de forma irregular e fragmentada. Ao mesmo tempo, aumentou o interesse pelo tema por parte de um público formador de opinião. Cresceu a percepção de que a solução dos problemas ambientais e a gestão ambiental assim como a implantação das agendas 21 locais e os processos de licenciamentos para as atividades poluidoras dependem, fundamentalmente, da capacidade de governos, empresas, universidades estabelecerem parcerias, diálogos entre si e com instâncias organizadas da sociedade civil, como ONGs, tanto ambientalistas como comunitárias, sindicais, profissionais e etc. O resultado desse interesse foi novamente um significativo aumento do espaço às notícias ambientais no final dos anos 90.

Desde 2000 recomeçou a queda do espaço para as notícias ambientais em função da crise econômica. Os veículos vêem encolhendo o espaço em todas as áreas mas especialmente em ambiente, por falta dinheiro para empregar novos jornalistas e para fornecer infra-estrutura para que os profissionais possam trabalhar. Dessa maneira, prefere-se noticiar apenas fatos espetaculares, como grandes desastres ecológicos ou eventos, como foi o caso da RIO + 10 . Além disso faltam jornalistas especializados na área, que exige um conhecimento multidisciplinar, fazendo com que percam mais tempo na produção das reportagens. Mariana Viveiros, jornalista que cobre notícias ambientais na Folha de S. Paulo, justifica o caráter superficial das notícias ambientais que são dadas atualmente:

<< O que existe é um problema muito grande de espaço físico nos jornais, levando a falta de aprofundamento nas notícias. Outra dificuldade é que não basta apenas ser jornalista para tratar do assunto, tem que entender de ciências ambientais. Eu estou a todo momento buscando esse tipo de especialização, até porque é uma forma de evitar cair em mentiras...Existe muito ongueiro que vende história e governos que mentem, isso porque acham que você não conhece o assunto>>

Segundo a jornalista ambiental Liana Jhon, nesse contexto, a Internet funciona como uma “válvula de escape” pois não tem restrição de espaço, é um arquivo permanente e multimídia, no entanto não é solução. Segundo ela, muitos profissionais que foram demitidos das redações estão hoje atuando em assessorias de imprensa de agências ambientais ou em agências eletrônicas de notícias sobre meio ambiente .

Como resposta ao esquecimento da mídia sobre a ecologia, após a Eco 92, surgiram inúmeros veículos alternativos voltados somente para as informações ambientais e que geralmente são produzidos por organizações civis que passam pelas associações de bairros, profissionais, sindicais, ambientalistas, cientistas e também pelas governamentais como universidades, instituições de pesquisa e outras que prestam serviços às comunidades.

Essas organizações preferem veicular as notícias pela Internet, pois através dela possuem mais condições de agir globalmente, atingindo um grande número de pessoas de forma mais prática, rápida e barata. Porém, existe um verdadeiro bloqueio econômico de agências de publicidade e secretarias de comunicação de grandes empresas que desviam seus recursos primeiro para a mídia de massa das capitais, depois para as mídias de massa do interior e só por último para as mídias especializadas como a do segmento ambiental, desconhecendo a sua importância e dificultando a sobrevivência das mesmas.

Nos últimos anos, ambientalistas, empresários, governantes e comunitários têm buscado o diálogo e a parceria. Cada vez mais as instituições procuram a informação correta sobre o que ocorre no meio ambiente, a fim de manterem-se em dia com os acontecimentos e ao mesmo tempo estabelecerem suas estratégias de ação e escolherem seus parceiros.

Mas, só é possível haver diálogo e parcerias se existir informações de qualidade, transparentes e, principalmente, com fluxo permanente. E, mesmo agora, com um relativo entendimento da sociedade, sobre a importância que as questões ambientais acarretam, a mídia permanece dando uma cobertura irregular, fragmentada e superficial. Existe hoje no Brasil maior consciência dos jornalistas sobre a questão ambiental mas não se pode dizer que a cobertura da mídia seja satisfatória. É dessa forma que os veículos alternativos de notícia vêm mostrando sua importância. Eles conquistaram um público específico, garantindo, ainda que pequeno, espaço no mercado.

CAPITULO 8

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem mudanças nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos e da sociedade em seu conjunto, além da transformação do conhecimento e da inovação de tecnologias para resolver os problemas ambientais. A sensibilização da sociedade, a incorporação do saber ambiental emergente no sistema educacional e a formação de recursos humanos de alto nível foram considerados como processos fundamentais para orientar e instrumentar as políticas ambientais[28.]

A educação ambiental é vista como um instrumento que deve ser capaz de demonstrar claramente as inter-relações existentes entre os problemas ambientais e as causas sócio-econômicas que os geram. Ela deve incorporar valores de cidadania como o tipo de vinculação entre o micro e o macro, o local e o global. Neste sentido, a educação ambiental assume uma dimensão libertadora, conscientizadora e se torna uma pedagogia diferente, devendo ser enfocada transversalmente, inserida em cada matéria, em cada conteúdo temático.[29]

Nesta conceituação participam diferentes agentes socializadores, tais como a família, a escola e os meios de comunicação social, funcionando como um processo contínuo de capacitação do cidadão para que, sem sacrificar a necessidade de desenvolvimento, ele participe ativamente da conservação do meio ambiente.

Sendo assim, a educação ambiental seria a grande chave para a transformação da mentalidade dos brasileiros em relação à problemática ambiental no país. No entanto só surge efeito no médio e longo prazo, implicando que não devemos concentrar esforços unicamente nela, esquecendo que existem problemas no curto prazo que devem ser considerados através de outros mecanismos como a fiscalização do poder público que deve fortalecer sua presença.

Por meio da comunicação, a educação ambiental pode contribuir com grandes mudanças sócio políticas porque atuando diretamente em

---

28 Henrique Leff "op. cit"

29 Samyra Crespo, Monica Armond Serrao, Pedro Eduardo Marinho "op. cit"

comunidades , tem a possibilidade de desencadear discussões amplas acerca do ambiente e assim fazer pensar os motivos de diversas realidades, o que poderá funcionar como incentivo à organização de luta das comunidades por melhores condições de vida e trabalho [30]

Os meios de comunicação de massa são importantes para a ação educativa ambiental, porque esta, está não só no ato de poder influir sobre processo de organização do conjunto da sociedade mas também em permitir que os seus inúmeros representantes atuem como agentes multiplicadores da educação ambiental.

Apesar de sua relevância, a globalização econômica tem transformado os princípios da educação ambiental. O neoliberalismo não dá o justo valor aos recursos ecológicos, levando também a desvalorizar o conhecimento sobre a área. As instituições educacionais enfrentam políticas econômicas que orientam o apoio à educação, à produção de conhecimentos e a formação profissional em função de seu valor no mercado e isto acaba funcionando como um obstáculo para a incorporação do saber ambiental.

30 Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Coordenadoria de Educação Ambiental “op. cit”

CAPÍTULO 9

ANÁLISE QUANTITATIVA

Como já apresentado, usou-se para a elaboração deste item da pesquisa, metodologia comparativa de dois veículos impressos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Primeiramente foram recolhidas todas as notícias publicadas entre os dias 01 e 08 de setembro de 2002 (período referente à realização da Conferência Rio + 10) sobre meio ambiente (incluindo todas as editorias, inclusive artigos e editoriais) de ambos os jornais.

No mês de janeiro, repetiu-se o mesmo processo entre os dias 06 e 12, como o objetivo de efetuar uma comparação em termos quantitativos, os gêneros e a quantidade de notícias ambientais publicadas durante um evento como foi o da África do Sul, e as publicações de uma semana em que não estivesse ocorrendo a incidência de conjunturas específicas na área de ecologia que pudesse alterar a configuração padrão dos veículos escolhidos.

Juntamente, foram colocados trechos de entrevistas executadas com profissionais da área vislumbrando ilustrar e reforçar as idéias concluídas a partir desse material.

Folha de S.Paulo – 01 a 08 de Setembro de 2002

- Foram totalizadas 44 notícias envolvendo assuntos ambientais
- 11,3% foram chamadas de capa (todas elas a respeito do evento RIO + 10)
- 59% delas na editoria ***Ciência,*** sendo que deste número, 88,5% das matérias diziam respeito a RIO + 10, enquanto que 11,5% tratavam de assuntos variados, como poluição do ar nas capitais brasileiras, incidência de queimadas na Região Centro –Oeste, flora e fauna nacional.
- Em ***Debates***, foram contabilizadas 4,5% do total de notícias, sendo que todas as publicações debatiam a Conferência RIO + 10.

- Em ***Economia*** encontrou-se 9% de notícias que diziam respeito ao meio ambiente, no entanto em nenhuma delas relacionou –se de fato o assunto tratado, com o meio ambiente. Assim, havia temas como agricultura e energia, mas todos eles vistos a partir de uma ótica financeira, completamente desvinculada de números e estatísticas e conseqüências ambientais. Não foi encontrada nenhuma matéria sobre a RIO +10.

- Na editoria ***Brasil,*** constaram 4,5% das notícias sobre meio ambiente, sendo todas a respeito da RIO +10

- Na editoria ***Mundo,*** encontrou-se 2,2% das notícias relacionadas a meio ambiente, tratando especificamente das chuvas na Europa. É interessante ressaltar que ainda que o fato tenha suas causas centradas em problemas ambientais, isso não foi citado.

- No caderno semanal ***Folhateen,*** verificamos a incidência de, também, 2,2% das notícias, onde se explicava em termos altamente resumidos e simplistas o que era a Conferência que estava sendo realizada pela ONU na África do Sul

- Na editoria ***Cotidiano,*** foram encontradas 4,5% das notícias sendo todas referentes a RIO + 10.

- Ao todo foram constatados 11,3% do número total em artigos, todos eles a respeito da RIO + 10.

- A respeito das **fotos**, foram localizadas somente cinco nas notícias de toda a semana. Notou-se, ainda, que as únicas matérias em que estiveram presentes foram nas relacionadas ao evento de Joanesburgo, mesmo assim originárias de agências de notícias. Sobre as outras matérias que tratavam de assuntos gerais, nenhuma delas possuía qualquer espécie de ilustração.

  40% das fotos foram encontradas na capa.

Estado de S. Paulo 01 a 08 de setembro de 2002

- Foram totalizadas 40 notícias tratando o tema ambiental

- 15% delas foram chamadas de capa. Todas a respeito da RIO +10.

- No caderno ***Cidades*** estiveram presente 10% das notícias ambientais, todas tratando do tema meio ambiente urbano.

- Na editoria ***Geral*** estiveram 82% das notícias, sendo que desse número 90,9% tratavam da Conferência na África do Sul. O restante das notícias vieram na coluna ***Ambiente,*** e tratavam de assuntos gerais como fauna e flora.
- No caderno ***Internacional,*** constatou-se 5% das notícias, todas elas a respeito da RIO + 10.
- No ***Caderno 2,*** constatou-se 2,5% das notícias envolvendo meio ambiente, onde se noticiava o lançamento de um livro que abordava o assunto ambiental.
- No caderno ***Nacional,*** estiveram presentes 2,5% das notícias, envolvendo eleições e meio ambiente.
- Com relação às **fotos e ilustrações**, durante toda a semana foram encontradas 17. Desse número, 29,4% estiveram na capa do jornal, sendo todas elas a respeito da Rio + 10. O restante (70,6%) estiveram nas matérias, sendo que 75% delas estavam nas matérias relacionadas à conferência.

Folha de S. Paulo 06 a 12 de janeiro de 2003

- Ao todo, foram contabilizadas 08 notícias a respeito de meio ambiente
- Uma delas apareceu como nota de capa
- Na editoria ***Ciência,*** foram encontradas 50 % das notícias que tratavam basicamente de políticas ambientais e biodiversidade
- Na editoria ***Brasil,*** estiveram 12, 5 % das notícias.
- Na editoria ***cotidiano*** , estiveram 37,5 %das notícias
- Com relação às fotos, foram encontradas três, duas na capa e uma em uma das matérias.

O Estado de S. Paulo 06 a 12 de janeiro de 2003

- Ao todo, foram contabilizadas 11 notícias
- 63, 6% estiveram no caderno ***Geral***
- 45,4% estiveram no caderno ***Cidades***

- Não foi encontrada nenhuma foto

Comentários

Sobre o número total de notícias em cada período, vê-se que somente pela existência de um grande evento é que mídia voltou-se para o meio ambiente, pois mesmo nesse período as outras notícias ambientais que não diziam respeito a RIO + 10 foram ofuscadas, ainda que pudessem ser relacionadas com as discussões que ocorriam na África do Sul.

Em economia a Folha de S.Paulo chegou a publicar notícias a respeito de agricultura e energia. Ora, energia está completamente dentro do tema ambiental, mas não foram feitas considerações a respeito na reportagem, o que ocorreu também com agricultura.

Meio ambiente raramente aparece como chamada de capa. Essa é uma forma de mostrar a importância que o assunto representa pois na capa aparecem os resumos das notícias mais importantes. Porém, durante a semana em que ocorria a Conferência, várias vezes, vimos o meio ambiente não só como chamada de capa, mas como a primeira e principal chamada.

A maioria das notícias ambientais no Estado de S. Paulo está posta no primeiro caderno, em uma coluna da editoria de *Geral*, vindo intitulada por *Ambiente*. Neste local geralmente aparecem as notícias sobre biodiversidade, desastres ambientais, curiosidades sobre a fauna e a flora, criações de áreas de preservação e parques, entre outros.

Na editoria *Cidades*, aparecem as notícias ligadas ao ambiente urbano, como iniciativas e investimentos municipais, a recuperação e o paisagismo do Rio Tietê.

Em *Nacional*, geralmente aparecem os assuntos ligados ao meio ambiente em âmbito nacional, como por exemplo ocorreu a publicação de uma matéria onde os candidatos à presidência expunham o que pretendiam fazer na área ambiental.

Em *Internacional*, raramente aparece alguma coisa. Geralmente se dá destaque a protestos. No caso das chuvas que ocorreram na Europa, relatou –se apenas os prejuízos e desastres, deixando-se de lado a problemática ambiental que envolvia a questão.

A Folha de S. Paulo segue o mesmo esquema, onde a coluna *Ciência* equivale à coluna *Ambiente* do Estado. Neste ponto vale ressaltar que a Folha dá mais espaço para as notícias científicas como astronomia e genética, abrindo para meio ambiente somente quando ocorrem fatos de

grande repercussão, ao contrário do Estado que ainda que exista um espaço reduzido, as notícias são periódicas.

Em *Economia*, encontrou-se matérias sobre a questão agrária e energética no país que foram consideradas como notícias ambientais. No entanto elas não relacionavam os temas tratados com as questões do meio ambiente. Assim, ainda é comum tanto na Folha quanto no Estado, quando se trata de desenvolvimento econômico, ignorar o valor dos recursos naturais, as populações locais, os reflexos que grandes obras podem gerar em comunidades próximas, os efeitos da urbanização sobre essas mesmas comunidades. São avaliados somente números, produções e mercados e, uma vez que se analisa somente um lado dos acontecimentos, desassociando o desenvolvimento econômico das questões socioambientais, o leitor não consegue criar uma relação entre os assuntos, enxerga uma realidade fragmentada, não consegue fazer uma avaliação crítica sobre os temas que de forma alguma podem ser separados pois caminham juntos e qualquer falha em um, pode refletir no outro.

Geralmente essas questões consideradas sociais, aparecem em outras editorias, como *Cotidiano* (Folha) e *Cidades* (Estado) e, as ambientais, parecem na coluna de meio ambiente, anulando toda a relação que possuem.

Sobre as editorias *Brasil* e *Mundo*, presentes na Folha de S. Paulo, possuem as mesmas características das editorias *Nacional* e *Internacional* respectivamente, presentes no O Estado de S. Paulo.

CAPÍTULO 10

ENTREVISTAS

Com o objetivo de Ilustrar as afirmações que se fez a respeito do jornalismo ambiental atual, foram feitas entrevistas com nove pessoas que têm contato com a área.

As perguntas foram as mesmas para todos os entrevistados, visando assim estabelecer um consenso e uma visão realista sobre o que está sendo dito.

Análise sobre o espaço dado ao meio ambiente nos grandes meio de comunicação impresso, em especial na Folha de S. Paulo e no Estado de S. Paulo.

O fato de o Estado ter um espaço mais cativo e uma periodicidade na publicação de notícias ambientais, foi tocado por todos os entrevistados, apesar de concluírem que ainda assim é um espaço insuficiente.

"O Estado tem uma tradição maior, dá mais espaço físico e de forma mais regular. A Folha não tem um espaço cativo, mas eu acho que quando o assunto é bom o veículo dá uma boa cobertura...Porém, acho que muita coisa fica de fora. Na Folha, meio ambiente está disperso em três editorias e surge uma concorrência desleal com assuntos como segurança e genética. Economia nem se fala, porque a parte empresarial de meio ambiente fica muito aquém. Mas eu acho que é um reflexo da mentalidade do nosso país. Infelizmente, meio ambiente ainda é um assunto de segundo escalão" (Mariana Viveiros, jornalista especializada em meio ambiente da editoria "Geral" na Folha de S. Paulo)

"A Folha e o Estado são duas coberturas bem diferentes, até pelo papel que a Liana Jhon exerce lá dentro. Ela tem uma editoria na Agência Estado e isso faz com que haja mais espaço para as questões ambientais no próprio Estadão. Existe uma coluna fixa toda sexta, onde escreve o Washington Novaes, mostrando uma postura do jornal em relação ao assunto, sendo que há também o envolvimento de alguns membros da família Mesquita com a questão ambiental . A Folha trabalha muito mais com notícias de impacto e sensacionalismo, além de trabalhar mais com assuntos científicos , destacando-se na área o jornalista Marcelo Leite... Eu acho também que a Folha ainda procura bastante colocar o lado folclórico de dizer que o meio ambiente barra o desenvolvimento." (Maria Zulmira, repórter e pauteira do quadro sobre biodiversidade do programa Repórter Eco – TV Cultura)

*"Eu diria que nenhum dos jornais está preparado para acompanhar as questões ambientais fundamentalmente pela falta de pessoas que conheçam o assunto ou porque as que conhecem, não terem espaço" (*Fábio Feldman, ex-secretário do meio ambiente de São Paulo e atual Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas)

Já Vilmar Berna, editor do Jornal do Meio Ambiente e Presidente do IBVA (Instituto Brasileiro de Voluntários Ambientais) considera a cobertura ambiental feita pelos grandes meio de comunicação adequada:

"Se o leitor deseja informações mais especializadas, não deve procurá-las nos veículos da grande mídia , que publicam matérias importantes mas que não é sua proposta manter a questão ambiental como sua pauta principal... É necessário que se tente ver a cobertura jornalística de forma integrada: Grande Mídia- Mídia Especializada, pois é assim que o leitor interessado acaba fazendo. Em sua necessidade de manter-se informado sobre o tema , geralmente lê, no mínimo, mais de um veículo, um grande, para ter uma idéia sobre o geral, e um especializado, para manter-se atualizado sobre o foco do seu interesse."

Notícia e espetáculo

Apoiando-se em Marx , Ciro Marcondes[31] coloca que a notícia na sociedade capitalista é produzida para um mercado real e encerra em si uma dupla dimensão de mercadoria: o valor de uso e o valor de troca. Para se tornar atraente com mercadoria é preciso que a matéria prima informação seja transformada em notícia com as conseqüentes implicações de ordem política ideológica. Assim, publicar uma notícia depende de manter o interesse do leitor e garantir o anunciante que representa a receita e que só continuará anunciando enquanto houver leitor[32]

"*O que parece claro é que na comunicação em geral o modelo que permanece é o modelo que podemos chamar de holywoodiano, sociedade do espetáculo. Então, tem-se privilegiado aquilo que representa crise, drama, um problema grave, aquilo que atinge o emocional" (*Washington Novaes, jornalista especializado em meio ambiente e ex- secretário de C&T e Meio Ambiente do Distrito Federal.)

31Luís Fernando Angerami Ramos. Pág 47- Ciro Marconde Filho 1986. Pág 24-6

32 Luís Fernando Angerami Ramos. Pág 47

"Tem que ser um assunto dramático para a folha querer se aprofundar. Os fatos de aspecto negativo são mais falados e quanto mais bombástico for, melhor." (Mariana Viveiros)

"A primeira coisa que percebi ao dar entrevistas é que havia um grande interesse em publicar uma notícia espetacular, e quando você desconstrói isso, o jornalista tenta voltar ao ponto novamente, algumas vezes chegando a publicar o que queria que fosse dito e não o que foi...Isso não é um jornalismo informativo, é um jornalismo espetacular, é uma questão de filosofia" (Maria Luiza Grabner, Procuradora da República no Estado de São Paulo no ofício Meio Ambiente)

"Dizem que jornalista gosta mesmo é de notícia ruim. Não é verdade, mas cabe uma reflexão. O esforço de uma empresa para não poluir não é notícia, mas o acidente ambiental que ela provoca, sim. Mas isso é adotado em toda a nossa vida. O esforço de uma pessoa em tolerar seu mau vizinho anos a fio não é notícia, mas se ela der um tiro no vizinho, sim. Creio que é da natureza humana." (Vilmar Berna)

A especialização

Sobre a necessidade de especialização do jornalista em ciências ambientais, todos concordaram alegando que é essencial para a elaboração de matérias isentas e de qualidade

"Jornalismo ambiental não existe, o que existe é jornalismo científico. Meio ambiente nada mais é do que a somatória de ciências, que se deve ter conhecimento, ou então será um mero repetidor de coisas que não entende" (Randau Marques, jornalista. Trabalha atualmente na Assessoria de Imprensa da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo)

"Nenhum jornalista tem formação adequada para trabalhar em nenhuma área. Quem deve buscar a especialização é o próprio profissional. Óbvio que o jornal pode apoiar, então existem diversos jornais que têm cursos de formação" (Adalberto Marcondes Editor e Diretor Geral da Agência Envolverde)

"Acho fundamental que os profissionais que cobrem a área ambiental tenham um mínimo de conhecimento científico até para saber explorar adequadamente o conhecimento do entrevistado, não se deixar envolver pelo mesmo, etc. Como a questão ambiental é muito ampla e complexa, qualquer conhecimento mínimo nesta área não é uma tarefa simples. Exige muita leitura, interesse e gosto pelo que faz".(Vilmar Berna)

"Não há incentivo a especialização do ponto de vista das empresas jornalísticas. Se o jornalista se interessa por sua formação, tem que ir atrás sozinho. Muitos jornalistas ainda são autodidatas neste quesito. Os mais novos já têm alguns cursos a disposição. Mas separar um tempo para especialização, formação e participação em congressos científicos ainda é um esforço pessoal." (Liana Jhon, editora de meio ambiente da Agência Estado)

E os editores, dão importância a essa formação científica?

"Sim, mas não tem como tirar um jornalista da cobertura diária para dar chance dele se atualizar. As redações estão no limite, operando com um mínimo de jornalista possível, todos sobrecarregados. Separar um tempo para alguém se formar é quase um luxo." (Liana Jhon)

Utilização da comunicação como instrumento na educação ambiental, focalizando fatos locais e regionais

"Eu acho que a Folha não tem mais esse perfil e vejo ela se distanciar cada vez mais disso, isso por questões financeiras, mas acho que o caderno de cotidiano deveria fazer" (Mariana Viveiros)

"Os cadernos regionais do Estadão são superficiais porque a força editorial que está por trás deles não é muito grande. Assim, é possível que algum jornalista com um pouco mais de visão olhe para aquilo e veja que é um projeto legal, onde se consegue trabalhar junto à sociedade temas importantes...Nos anos 70 os jornais de bairro eram fortíssimos, como a Gazeta de Pinheiros e o Shopping News, tudo depende da iniciativa de pessoas que queiram fazer" (Adalberto Marcondes)

"matérias regionais são mais eficientes porque estão voltadas para aquela comunidade e as pessoas conseguem se enxergar" (Maria Zulmira)

O meio ambiente como um assunto transversal

Ainda que se reconheça a questão ambiental como um assunto transversal, que passa por todas as áreas, muitos não concordam com a possibilidade de incluí-lo em todas as editorias, ou por exigir capacitação dos profissionais ou por acreditarem que esta não é a função do jornal.

"Todos os assuntos relacionados ao meio ambiente requerem um certo conhecimento. Muitos jornalistas não entendem e não se interessam. Transversalizar o tema, teoricamente é bom, mas na prática não

funciona...No caso do Rodoanel, por exemplo, temos um repórter que cobre transportes, mas ele não gosta de meio ambiente. Para reunirmos as áreas exige tempo e como meio ambiente é um assunto complicado pensamos assim: vamos fazer isso que é mais rápido e simples. É tudo na correria, tem pouco espaço" (Mariana Viveiros)

"O ideal seria que o editor de meio ambiente também fosse transversal" (Adalberto Marcondes)

"O problema para aquele que trabalha com as questões ambientais é a complexidade. Para tratar sobre uma hidrelétrica é preciso saber sobre matriz energética e para falar de matriz energética tem que saber sobre a política energética do país e, para isso, tem que saber de privatizações. Meio ambiente é um assunto multidisciplinar" (Fábio Feldman)

"A sociedade não costuma reconhecer a falta de saneamento básico como um problema ambiental e ainda identifica problema ambiental com perda de floresta. A mídia acaba acompanhando essa tendência" (Vilmar Berna)

"Discordo que haja fragmentação. É preciso ter em mente que o papel da grande imprensa é informar. No caso do meio ambiente cobra-se sempre do jornalista a formação. Muitos jornalistas formam além de informar, mas não é seu principal papel" (Liana Jhon)

A cobertura da Rio + 10

"A cobertura na RIO + 10 foi muito política, principalmente na Folha. O jornal mandou somente duas pessoas para a cobrir a Conferência, sendo que uma, cobria política e não era especializada em meio ambiente, enquanto que outra que entendia, tinha que ficar se desdobrando" (Mariana Viveiros)

"Na ECO 92 a necessidade por informação ambiental foi muito maior que agora por que a opinião pública estava, a grosso modo, tomando consciência da seriedade da questão ambiental, especialmente em seu aspecto planetário, muito além de um modismo passageiro ou de um tema para iniciados, como os ambientalistas. E a mídia fez bem o seu papel e contribuiu muito para ampliar a consciência ambiental na sociedade brasileira. O tema ambiental saiu dos guetos ambientalistas para ganhar empresas, associações de moradores, sindicatos, governos, etc. Agora, na Rio+10, havia as eleições e outros temas mobilizadores do interesse da opinião pública e, ao meu ver, para a opinião pública, a questão ambiental entrou numa nova fase, mais profissional e técnica. O público continua achando o problema ambiental cada vez mais importante e complexo, mas

por conta dessa complexidade, acha que é assunto para acadêmicos, governantes, especialistas, daí o seu distanciamento, daí a distância entre a intenção de 'salvar o planeta' e os gestos efetivos. Por outro lado, não é nada fácil para o profissional de comunicação transformar em texto palatável o jogo de empurra americano para não assinar compromissos de redução de gases de efeito estufa, biodiversidade, etc" (Vilmar Berna)

*"Um megaevento como esse exige o trabalho de vários repórteres e jornalistas especializados para cada veículo, que falem pelo menos 3 línguas e tenham forte background em meio ambiente. Isso foi possível na Rio92 porque aconteceu no Rio, mas não foi possível na África do Sul, porque os jornais só conseguiram mandar um jornalista, quando mandaram. Considerando esta dificuldade logística, acho que a cobertura foi razoável, foi o que poderia ser feito. Ficou excessivamente oficial, mas esteve dentro do limite de desempenho de quem foi pra lá. Vale destacar que os veículos que mandaram mais gente e profissionais especializados - leia-se TV Cultura de SP - fizeram um trabalho de grande valor".(*Liana Jhon)

A censura

"Existem vário mitos em torno de censura ou excesso de controle sobre matérias ambientais, que nem sempre correspondem a realidade ou já foram realidade e não são mais. Hoje, acredito que haja mais dificuldade em cobrir adequadamente um assunto por falta de profissionais ou porque os profissionais estão sobrecarregados diariamente do que por questões ideológicas, pelo menos nos grandes jornais. Os jornais regionais ou locais sofrem maior pressão da chamada censura empresarial mas mesmo assim têm excelentes materiais de meio ambiente".(Liana Jhon)

"Os estudantes de jornalismo têm a impressão de que existe uma ingerência muito grande de empresas nos jornais. Eu nunca tive esse problema. Nunca cheguei para falar com o meu chefe que eu queria fazer uma matéria contra alguma empresa e ele disse: não. Realmente não é tudo que sai, mas é uma questão de responsabilidade que o jornal tem" (Mariana Viveiros)

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, a maioria dos veículos da grande imprensa conseguiu enxergar a necessidade de informar à população alguns dos muitos acontecimentos relacionados á questão ambiental que ocorrem diariamente em todo o mundo. No entanto, o espaço dado, diante da importância que esses fatos acarretam, pode ser considerado ainda pequeno, estando geralmente vinculado a programas e cadernos de ciência e turismo que de certa forma disfarçam a relevância dos temas.

A mídia faz divulgações de assuntos relacionados a parques e reservas florestais. Costuma também publicar denúncias mas sem expor demais os responsáveis e, principalmente, sem dar continuidade à repercussão dos fatos.

Os temas publicados são na maioria das vezes desvinculados de um contexto histórico, político e social. Além disso, o fato de temas significativos não encontrarem espaço na imprensa inibe a conscientização dos cidadãos sobre seus direitos e a responsabilidade do poder público e dos agentes da sociedade civil em relação ao meio ambiente. É necessário que a mídia aja não só com notícias espetaculares e de grande repercussão, mas também na área de educação ambiental, trabalhando para esclarecer as bases do desenvolvimento sustentável, que une o desenvolvimento econômico à preservação dos recursos naturais, dando uma visão globalizada da problemática ecológica que inclua diversos pontos de vista e fontes de informação, proporcionando um retrato claro da situação ambiental do planeta.

Apesar da importância discursiva da questão ambiental ter gerado uma certa reflexão, os comportamentos individuais ainda estão muito aquém da consciência ambiental presente no discurso, sendo muito poucas as pessoas que pautam seu cotidiano pelos critérios da eficiência energética, reciclagem de materiais, redução do consumo e participação voluntária em tarefas comunitárias de limpeza ambiental. As políticas estão hoje a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizado e um comportamento individual-social muito predatório, sendo que por um lado as políticas tem contribuído para estabelecer um sistema de proteção ambiental no país, mas por outro lado o poder político é incapaz de fazer cumprir pelos indivíduos e pelas empresas uma proporção importante da legislação ambiental.

Diante da complexidade do tema ambiental, é essencial que se forme profissionais, no caso da mídia,jornalistas especializados, garantindo a produção de matérias mais qualificadas e completas, pois são informações em demasia, produzidas em um curto espaço de tempo, as quais dificilmente alguém que não esteja ligado à área terá condições de acompanhar.

A empresa jornalística passa por um período de forte crise financeira, sendo necessários grandes cortes de profissionais nas redações e a redução do espaço físico nos jornais. Nessa situação é preciso que se aumente as vendas, investindo-se em notícias espetaculares ou transformando-as em espetáculos. Muitas vezes, editores mandam repórteres atrás de notícias que inicialmente seriam escandalosas e após averiguação descobre-se que não são, mas que mesmo assim são noticiadas dessa forma. Ou seja, os fatos não são relatados como realmente são, mas como queriam que fosse.

Enfim, a questão ambiental mostra-se também uma grave questão social, política, econômica e ética. Faz parte de uma grande teia onde se mistura uma série de assuntos, sendo impossível caracterizá-la somente como “ambiente” ou como “ciência”.

A questão ambiental não deve restringir-se a uma coluna, mas sim estar explícita em todas as editorias de um jornal, existindo mais profissionais especializados que possam trabalhar em todas as editorias quando se for tratar de meio ambiente. Ao mesmo tempo, a coluna de meio ambiente deveria ser extinta. Não explicitar o título da coluna ambiental e transferir os assuntos para os outros setores seria também uma forma de fazer com que o leitor que não aprecia o tema ambiental e pula a página o leia em economia, política, urbanização, saúde, educação e etc.

Não explicitar o título da coluna ambiental e transferir os assuntos para os outros setores seria também uma forma de fazer com que o leitor que não gosta de meio ambiente e pula a página do jornal o leia em economia, política, urbanização e etc.

De qualquer forma a maioria dos profissionais da área que foram entrevistados, afirmaram que a demanda por notícias ambientais é grande e que o problema não é a falta de público, mas a dificuldade que implica o saber ambiental.

A realidade é que fazemos parte de um circulo vicioso, no qual a mídia não tem consciência do seu papel social, e se tem, não age de acordo. Os veículos que agem, não vendem e acabam sumindo do mercado. Talvez a sociedade necessite de mais tempo, de problemas paupáveis em seu cotidiano para se conscientizar. Talvez seja necessário chegarmos a mais situações extremas como foram os casos de racionamento de água e energia, e que se transformaram em grandes escândalos, para que se sinta a necessidade de tocar em assuntos que dependem da atenção e participação da sociedade civil juntamente com o governo, exigindo muita paciência pois, bem como os problemas, os resultados só surgem em longo prazo.

BIBLIOGRAFIA

- DENCKER, Ada de Freitas Maneti & KUNSCH, Margaria M. Krohling. (org) **Comunicação e meio ambiente**. São Paulo, Intercom, 1996.
- HOGAN, Daniel Joseph & VIEIRA, Paulo Freire (org). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** 2ª ed.. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.
- LEFF**,** Enrique. **Saber Ambiental.** Petropolis, RJ. Vozes PNUMA. Naçãoes Unidas 2001
- RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação.** São Paulo, Annablume/Fapesp, 1995.
- SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. **Comunicação e Ambiente.** Série Seminários e Debates. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 1992.
- SEDAE, **São Paulo em Perspectiva.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol. 6. São Paulo, jan/jun,1992.
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação-Economia Sociedade e Cultura,** Vol 3. Paz e Terra, 1999
- CRESPO, Samyra; Serrao, Monica Armond; Marinho, Pedro Eduardo. **O que o Brasileiro Pensa Do Meio Ambiente, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade : Pesquisa Com Formadores De Opinião.** Rio de Janeiro, BR, Museu de Astronomia e Ciências Afins/MMA/ISER, 1998
- DREW, David **Processos Interativos do Homem – Meio Ambiente** 4ª edição. Bertrand Brasil

BIBLIOGRAFIA ELETRÔNICA

- **www.ambiente.sp.gov.br/agenda21/apresentação-** Site oficial da CETESB
- **www.jornalismo.ambiental.jor.br/avilmar.htm** - Jornal do Meio Ambiente- Vilmar Berna
- **www.partidoverde.org.br -** Site oficial do Partido Verde Brasileiro
- **www.rets.rits.org.br** - "Revista do Terceiro Setor"
- **www.riomaisdez.gov.br** - site oficial sobre o evento RIO + 10
- **www.clacso.edu.ar/~libros/ecologia/dias.pdf-** "As Antinomias Discursivas da Ecologia Política"
- **www.forumsocialmundial.org.br-** Site oficial do Fórum Social Mundial